



Presidência da República
Casa Civil

Pedido de acessão do Brasil à OCDE: fazer negócios no Brasil pode ser mais fácil



November/2018

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

RELEVÂNCIA DA OCDE

CREDIBILIDADE INTERNACIONAL: 36 PAÍSES-MEMBROS



**COOPERAÇÃO, DIÁLOGO E INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES
BOAS PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS RELEVANTES
PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO
ALINHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**



**POTENCIALIZAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DOS PAÍSES
MEMBROS E COMPREENSÃO MÚTUA**



SINALIZA AMBIENTE INSTITUCIONAL-LEGAL DOS MEMBROS

RELEVÂNCIA DA OCDE

A OCDE é o *locus* natural de debates substantivos sobre políticas públicas, permitindo o contato direto com o estado da arte das discussões, de maneira a subsidiar a elaboração de medidas de maior qualidade/efetividade

36 PAÍSES-MEMBROS

EUROPA (27): Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Estônia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Letônia, Luxemburgo, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça, Turquia e Lituânia

AMÉRICA (5): Estados Unidos, Canadá, México, Chile e Colômbia (ainda pendente de aprovação do Congresso colombiano)

ÁSIA (3): Japão, Coréia do Sul e Israel

OCEANIA (2): Austrália e Nova Zelândia

Por que é importante para o governo?

- Oportunidade de discutir melhores práticas de políticas públicas em um contexto multilateral
- Aprender com a experiência dos países da OCDE e observadores
- Reforçar o compromisso de longo prazo com as boas práticas internacionais
- Legitimar o apoio internacional às reformas

Por que é importante para o cidadão e para as empresas?

- Políticas públicas mais racionais e eficientes, baseadas nas melhores práticas mundiais
- Aprimoramento dos gastos públicos
- Melhoria do ambiente de negócios
- Governança pública mais avançada
- Maior confiança dos agentes econômicos e condições para a retomada do crescimento
- Mitigar a perda do grau de investimento
- Sinalização clara ao mercado e à comunidade internacional do compromisso do Brasil com uma economia aberta, previsível, responsável e transparente

ESTRUTURA

Direcionamento Estratégico

Decisões por Consenso

CONSELHO
MINISTERIAL

Secretário-Geral, representantes dos Países-Membros e da Comissão Europeia

Discussão e Implementação

COMITÊS
ESPECIALIZADOS

Representantes dos Países-Membros
e dos Países “Observadores”

Análise e Propostas

SECRETARIADO

Secretário-Geral e Adjuntos
Diretores

MÉTODO DE TRABALHO



MÉTODO DE TRABALHO

Participação de Países Não-Membros - Observadores:

- Convidado
- Participante
- Associado ou membro

Revisão Interpares (*Peer Review*): exame da qualidade e eficiência de políticas, leis, regulação, processos e instituições de um país vis-à-vis demais países

- Base: confiança e troca de informações, em um **sistema de responsabilização mútua**
- Objetivo: encorajar o país revisado a melhorar seu sistema de elaboração de políticas públicas, a adotar as melhores práticas e a cumprir os padrões estabelecidos

HISTÓRICO DO RELACIONAMENTO

- ✓ 1998: criação de programa direcionado ao Brasil
- ✓ 1999: convite para as reuniões do Conselho de Ministros
- ✓ 2007: **engajamento ampliado** com Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul com vistas a possível acessão
- ✓ 2012: **pré-qualificação** dos 5 países, na prática, para processo de acessão - status de **parceiro-chave**
- ✓ 2015: assinatura de Acordo de Cooperação com a definição de programa de trabalho específico até 2017
- ✓ 2017: **envio da carta com disponibilidade para iniciar processo de acessão**

HISTÓRICO DO RELACIONAMENTO

- ✓ Aumento do número de estudos da OCDE sobre políticas brasileiras
- ✓ Criação de um espaço no site da OCDE para divulgar relatórios e estatísticas sobre o Brasil: www.oecd.org/brazil
- ✓ Atuação seletiva do Brasil:
 - Intercâmbio de melhores práticas internacionais
 - Plataforma de posicionamento do país acerca de temas específicos
- ✓ Convergência de políticas em diversas áreas

HISTÓRICO DO RELACIONAMENTO

Brasil é o País não-membro que participa do maior número de instâncias da OCDE e que aderiu ao maior número de instrumentos legais

Em 2017, Brasil já era associado ou participante de 23 instâncias e projetos da OCDE

Brasil já havia aderido a 35 instrumentos legais da OCDE



AMÉRICA LATINA

- Américas:
 - ✓ Chile, México e Colômbia: membros
 - ✓ Costa Rica: em processo de acesso
 - ✓ Argentina e Peru: solicitaram a acesso

PROCESSO DE ACESSÃO

- **Acquis** – 245 instrumentos legais - maioria acordos não vinculantes ou declarações de princípios
 - É possível negociar reservas - salvaguardas às políticas existentes
- **OECD's Framework for the Consideration of Prospective Members**
- **Roadmap para a acessão**: a ser negociado com a OCDE, é o roteiro para as análises que os Comitês irão realizar sobre a legislação, as políticas e as práticas do país, estabelecendo a sequência de abordagem dos diferentes instrumentos

SITUAÇÃO ATUAL

- 6 países solicitaram acesso, mas ainda aguardam resposta: Argentina, Peru, Brasil, Romênia, Bulgária e Croácia
- EUA apoiou expressamente apenas a entrada da Argentina e Peru (em resposta a pedido de apoio dos Presidentes de ambos os países)

ANÁLISE DO ACQUIS

- 1ª fase: análise preliminar realizada por todos os órgãos
 - ✓ Definição preliminar dos instrumentos verdes, amarelos, laranjas e vermelhos
- 2ª fase: Solicitação adesão aos instrumentos verdes e análise detalhada dos instrumentos com potencial conflito
 - ✓ Divisão de trabalho entre MRE e Casa Civil
 - a) MRE: instrumentos verdes e solicitação de adesão dos instrumentos à OCDE
 - b) Casa Civil: análise dos instrumentos vermelhos, laranjas e amarelos, coordenação de reuniões e fechamento da posição de governo

ANÁLISE DO ACQUIS – Casa Civil

- ✓ Convocação de reuniões pelas Subchefias Adjuntas da SAG com o nível estratégico + área técnica + ponto focal OCDE dos órgãos para discussão dos instrumentos com potencial conflito, a partir de setembro de 2017

72 instrumentos vermelhos, laranjas e amarelos

- **Amarelos: 41**
- **Laranjas: 6**
- **Vermelhos: 25**

- ✓ Foram realizadas **55** reuniões na Casa Civil
- ✓ Ao final do processo de discussão, foi solicitado envio de Nota Técnica contendo o posicionamento dos órgãos relacionados (NT encaminhada pelas Secretarias Executivas ao SAG)

PÓS ANÁLISE DO *ACQUIS* – Casa Civil

- Dos **72** instrumentos de responsabilidade da C. Civil:

✓ **40** foram identificados como aderentes às políticas brasileiras (novos verdes)

✓ **30** apresentam algum desafio, seja de implementação imediata, de lacuna de legislação ou de não compatibilidade com a atual política

Considerando os 245 instrumentos do *acquis*, 12,2% apresentam algum desafio

PÓS ANÁLISE DO ACQUIS

Total de Instrumentos OCDE	245	
Aderidos até maio de 2017	35	
Aderidos até novembro de 2018	65	}
Com solicitação de adesão em análise pela OCDE	70	
Aderentes à legislação e às políticas brasileiras – prontos para solicitação de adesão	72	
Que apresentam algum desafio	30	} 84,5% Sem Conflitos
Instrumentos sob análise	8	} 12,2% Com Desafios
		} 3,3% Em Análise

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Preparação para transição de governo iminente
- Os posicionamentos da CC foram subsidiados por reuniões registradas e Notas Técnicas encaminhadas pela Secretaria Executiva ou equivalente dos órgãos



Maior institucionalização

- Informações gerais, inclusive sobre a candidatura brasileira, disponíveis no menu Brasil-OCDE do site da Casa Civil, em www.casacivil.gov.br



FIM

Dúvidas: sag-ocde@presidencia.gov.br

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

<http://www.casacivil.gov.br/>